

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1007904-83.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Interpretação / Revisão de Contrato**
 Requerente: **Pedro Leal da Silva**
 Requerido: **Arthur L Tecidos Sociedade Anonima Casas Pernambuc**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo****VISTOS**

PEDRO LEAL DA SILVA ajuizou **AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITOS C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA** em face de **ARTHUR L. TECIDOS SOCIEDADE ANONIMA CASAS PERNAMBUC.**, ambos devidamente qualificados.

Aduz o autor, em síntese que, ao tentar efetuar um empréstimo em uma instituição financeira descobriu que seu nome constava “negativado” no SCPC e SERASA (cf. fls. 7/8) por algumas pendências já conhecidas, e por um débito lançado pela requerida, que desconhece. Diante disso, requereu a condenação da ré em danos morais e a retirada de seu nome dos órgãos de proteção ao crédito, a declaração de inexigibilidade de débito, além da aplicação do CDC e a inversão do ônus da prova.

Deferida a antecipação de tutela, em termos, e expedido ofício aos órgãos de proteção ao crédito para que conste no contrato de nº 611104367 que há ação de desconstituição de débito pendente de julgamento

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

(cf. fls. 19/20).

Devidamente citada, a requerida apresentou defesa alegando que o autor é cliente dela (ré) desde 20/04/2002 e em 12/06/2013 (cf. fls. 46) contratou um cartão de crédito Pernambucanas/Mastercard. Arguiu ainda, que o requerente pagou as faturas por 18 meses (cf. fls. 47/63), até 12/01/2015, momento em que passou a incidir em mora e foi negativado. Por fim, impugna o pedido de danos morais por agir em estrito cumprimento de direito. Diante disso requereu a total improcedência da ação.

Sobreveio réplica à contestação às fls. 80/99.

As partes foram instadas a produção de provas às fls. 104. O requerente nada pediu. A ré requereu audiência de instrução para colher o depoimento do autor.

É o relatório. Decido, antecipadamente, por entender completa a cognição.

A prova amealhada indica que a conduta da ré em relação ao autor foi legítima.

Em sua peça vestibular (fls. 2, item 1, parágrafo 4), o autor alega nunca ter celebrado negócio jurídico com a requerida e não possuir condições de realizar compras com cartão de crédito.

Requereu declaração de inexigibilidade de débito e indenização em danos morais por ter seu nome negativado injustamente.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Tais alegações e pedidos não merecem prosperar, já que ao contrário do alegado a ré provou ter sido procurada pelo autor, que livre e conscientemente contratou seus serviços de crédito, mais especificamente um cartão de crédito (cf. fls. 46).

Os documentos trazidos a fls. 46 e ss revelam tal relação jurídica existente entre as partes.

Em 07/06/2013 o requerente celebrou contrato com a requerida e utilizou o cartão PERNAMBUCANAS MASTERCARD por longa data, efetuando compras e pagando faturas, conforme demonstrado às fls. 47/62.

Cabia ao autor ilidir a alegação de mora a partir de 12/01/2015 exibindo nos autos os comprovantes de pagamento das faturas, mas nada providenciou.

Outrossim, evidente que a negativação é referente ao referido contrato de cartão de crédito, pois é o único vínculo existente entre as partes, não cabendo falar que a negativação se deu por outro motivo.

Como se tal não bastasse, o autor ostenta outras negativações nos períodos de 2006, 2007, 2009, 2015 lançadas por outros credores.

Mais, creio, é desnecessário acrescentar.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Ante o exposto, **JULGO IMPROCEDENTES** os pedidos da inicial, e torno inoperante a liminar anteriormente deferida.

Expeça-se ofício aos órgãos de proteção ao Crédito para que tomem conhecimento da decisão e reestabeçam o *status quo* do autor.

Sucumbente, pagará as custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 10%, sobre o valor dado à causa, observando-se o disposto no artigo 12 da Lei 1.060/50.

P.R.I.C.

São Carlos, 16 de março de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**